

DA ILUSÃO DO DESENVOLVIMENTO À REALIDADE DAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES: UM OLHAR CRÍTICO SOBRE A EDUCAÇÃO

Lauren Pieta Canan¹

Edson Lopes²

Luciane Franciele Goergen Kobs³

Resumo: O artigo analisa criticamente a trajetória da educação brasileira, destacando como o Estado, historicamente centralizador e autoritário, negligenciou políticas educacionais capazes de promover igualdade social. Partindo de um resgate histórico desde o “milagre econômico” da década de 1970, evidencia-se que, apesar de avanços econômicos, a educação permaneceu marcada por desigualdades, hierarquias e estigmas que refletem as estruturas de classes. Autores como Bourdieu, Althusser e Loretta Freitas fundamentam a discussão sobre a escola como aparelho ideológico, reproduzindo padrões culturais das elites e dificultando o acesso ao capital cultural pelas classes populares. A análise enfatiza a influência do entorno social e familiar no desempenho escolar e denuncia a “má-fé institucional” que transforma fracassos coletivos em falhas individuais. Conclui-se que, para construir uma educação inclusiva e transformadora, é necessário romper com modelos opressores e hierarquizados, reconhecendo e integrando as realidades externas à escola.

Palavras-chave: Educação brasileira; Desigualdade social; Capital cultural; Escola; Aparelho ideológico; Má-fé institucional; Hierarquia escolar; Inclusão social.

1 INTRODUÇÃO

O presente texto desenvolve uma reflexão sobre a educação brasileira e sua organização escolar. Por meio de uma retomada histórica de determinados períodos da história nacional, constrói-se uma análise fundamentada na relação entre economia e desenvolvimento, considerando um Estado centralizador que não trata a educação como prioridade.

A análise apresenta uma concepção diferenciada sobre o que significa pensar a educação e destaca a importância de ir além da sala de aula, incorporando as experiências de cada indivíduo para a construção de uma educação igualitária, livre de opressões, lutas de classes e preconceitos.

¹ Licenciada em Ciências Sociais e Pedagogia. Especialista em Gestão Escolar: Supervisão, Administração e Orientação Escolar. Mestre em Educação. Professora de Ensino Superior na UCEFF Educacional.

² Professor do curso de Psicologia da UCEFF Chapecó.

³ Professora dos Cursos de Graduação da Uceff Chapecó

O texto é estruturado a partir de citações de diferentes autores que contextualizam essa reflexão e propõem uma análise que ultrapassa o enfoque puramente numérico, buscando compreender de forma concreta o que ocorre diariamente em todas as regiões do Brasil.

2 DESENVOLVIMENTO

Durante alguns anos, viveu-se a ilusão de um desenvolvimento econômico brasileiro que beneficiaria toda a população — tanto a minoria privilegiada quanto a maioria submetida. A chamada “era do milagre econômico” brasileiro, na década de 1970, foi marcada por um momento de euforia generalizada. O aumento do PIB, a alta na bolsa de valores, a redução das taxas de inflação e a forte entrada de capital estrangeiro no país fizeram muitos acreditarem em um “Brasil para frente”. Essa visão foi inclusive transformada em música por Miguel Gustavo, tornando-se tema da Copa de 1970. A canção exaltava os números positivos da economia e, apelando para a paixão nacional pelo futebol, convidava o povo brasileiro a celebrar aquele momento, como se observa no trecho a seguir:

*Noventa milhões em ação,
Pra frente Brasil,
Do meu coração...
Todos juntos vamos,
Pra frente Brasil,
Salve a Seleção!
De repente
É aquela corrente pra frente,
Parece que todo o Brasil deu a mão...
Todos ligados na mesma emoção...
Tudo é um só coração!
(Martins, 1970, s/p).*

Os principais investimentos realizados até aqui — e explicitados na letra da música — foram estratégias adotadas para o crescimento econômico ocorrido durante a Ditadura Militar, mas que já vinham se desenhando desde a década de

1920. Tais investimentos, porém, custaram caro para outras áreas do país. Milhões de brasileiros, nesse período, foram vítimas não apenas da violência física, mas também de crimes econômicos — de um “milagre” não tão milagroso assim — que afetaram principalmente os setores de educação e saúde.

O momento histórico descrito até então caracterizava-se por seu viés desenvolvimentista, autoritário e centralizador. As supostas características de um Estado de Bem-Estar Social funcionavam como uma espécie de fantasma, encobrindo um Estado que priorizava o crescimento econômico, mas não promovia transformações efetivas nas relações sociais, como aponta Tânia Bacelar:

Essencialmente, o que caracterizava o Estado brasileiro nesse período (1920-1980) era seu caráter desenvolvimentista, conservador, centralizador e autoritário. Não era um Estado de Bem-Estar Social. O Estado era promotor de desenvolvimento e não transformador das relações da sociedade. (Bacelar, 2003, p.20).

As vertentes desse Estado centralizador deram pouca ênfase à proteção e à projeção social, concentrando poder e privilégios nas mãos de poucos, como ainda ocorre atualmente. Dessa forma, desde aquele tempo até os dias atuais, as questões relacionadas à educação nunca foram verdadeiras prioridades, mesmo em períodos da história em que ocorreram investimentos em políticas públicas educacionais e assistencialistas para grande parte da população que não detém esses privilégios. Contudo, o déficit nesse setor sempre foi visível.

As heranças carregadas desde o “descobrimento” do Brasil, passando por esse período de grande crescimento econômico, até os dias atuais — como a aprovação da PEC 55 — refletem um desenvolvimento educacional que não se apresenta como igualitário, coletivo ou pensado para além da instituição escolar. Essa educação ainda oprime todos aqueles vistos pela sociedade como marginais. Isso ocorre porque esses grupos tendem a não se encaixar nas regras de uma organização social construída ainda na época da colonização, cujos traços foram mantidos ao longo dos anos, chegando ao século XXI com evidentes características hierárquicas, opressoras, preconceituosas e de classe. Além disso, a educação atua como uma instituição fundamental para o desenvolvimento do capitalismo.

Segundo muitos autores, como Althusser, Bourdieu, Passeron, Baudelot, Establet, Poulantzas e outros. A instituição escolar passa a ser a peça fundamental para o desenvolvimento e fortalecimento do capitalismo. Consideram a Escola como Aparelho Ideológico de Estado, pois é o instrumento número um da burguesia, visto difundir a sua visão de mundo e de vida. Aliados a este aparelho, temos outros que o complementam e reforçam: a família e os meios de comunicação, principalmente. (Coimbra, 1989, s/p).

Ao analisar os moldes da instituição escolar, é preciso compreendê-la para além das quatro paredes da escola. É fundamental perceber que diversas influências moldam a personalidade dos indivíduos que frequentam a instituição, estabelecendo parâmetros diferentes daqueles tradicionais e aceitos pela escola. A instituição familiar é a principal dessas influências. Além de ser uma peça-chave no desenvolvimento capitalista — como citado acima —, ela é fundamental para o funcionamento da escola, afetando diretamente a construção social que ocorre nesse espaço.

Loreta Freitas, em seu livro *A instituição do fracasso: a educação da ralé* (2009), apresenta elementos fundamentais para esse entendimento. A autora interpreta a relação entre família e escola por meio de narrativas de histórias distintas, mas que compartilham a mesma situação social.

Anderson e Juninho — personagens do capítulo “A Ralé Brasileira” — têm suas vidas relatadas, demonstrando a conexão entre sua organização familiar e suas experiências escolares. Ambos possuem pouquíssimo ou quase nenhum capital cultural, conceito desenvolvido por Bourdieu para ilustrar a cultura em sociedades divididas por classes, sendo esse capital usado pelas classes dominantes para acentuar as desigualdades.

Esses personagens são de origem pobre e não têm condições de comprar livros, participar de peças de teatro ou estar inseridos em ambientes que, desde a infância, promovam discussões sobre temas de interesse intelectual. Por isso, não acumulam esse capital cultural. Consequentemente, aquilo que vivenciam em casa ou na rua acaba se reproduzindo dentro da instituição escolar.

A mesma instituição que, nas entrelinhas, exige que os indivíduos possuam esse capital — afinal, a escola se organiza segundo um parâmetro “igualitário” aos olhos do Estado — oferece aos alunos apenas o que é considerado básico para o desenvolvimento das atividades escolares, focando na média geral da população, o que não contempla a realidade de todos.

Através, principalmente, das histórias de vida de dois desses jovens, Anderson e Juninho, poderemos entender de que maneira dois fatores fundamentais, desorganização familiar e má-fé institucional, determinam trajetórias de vida marcadas pelo fracasso escolar e posteriormente profissional, em que o fracasso coletivo de toda uma classe se obscurece enquanto tal e aparece a todos, principalmente àqueles que o sofrem, como fracasso individual, responsabilidade pessoal de cada indivíduo (Freitas, 2009, p.281).

A má-fé institucional, abordada pela autora ao tratar da situação de uma escola que se baseia em médias gerais, impacta significativamente o desenvolvimento não apenas dos jovens Anderson e Juninho, mas de uma parcela considerável da população. A escola — ou melhor, a educação — permanece estagnada nos mesmos conceitos e compreensões há anos. Isso não ocorre por falta de capacitação dos profissionais da área, nem por ausência de projetos e programas implantados com o intuito de promover melhorias. A educação permanece estagnada porque o conceito de educação — e sua construção — são idealizados por meio de números e dados. A situação só tende a melhorar quando o Estado compreender que o entorno da escola influencia diretamente o cotidiano escolar, sendo necessária uma nova construção do que se entende por educação, principalmente por parte da própria escola.

Se o entorno da escola acaba interferindo na vida escolar e a sua permeabilidade aos processos externos se torna mais evidente, um conjunto de nexos estabelecidos deve, ao menos, ser submetido à pesquisa e à interrogação sobre tudo quando se considera a importância da socialização no grupo de pares (Sposito Marília, 2003, s/p).

A análise realizada a partir dessa perspectiva externa, conjugada com o interior da escola, esclarece muitas das dificuldades encontradas nas instituições educacionais, interferindo principalmente na vida de cada indivíduo que utiliza o

sistema. O que os jovens e adolescentes em idade escolar levam para dentro da escola reflete claramente sua realidade, suas dificuldades e a falta de apoio, seja do Estado ou da família. Dessa forma, acredita-se que, se essa transformação na educação não ocorrer, cada vez mais jovens e adolescentes estarão afastados das instituições. Enquanto isso, a má-fé institucional e o mal-estar crônico gerado por ela persistirão, sem que medidas efetivas sejam tomadas. Essa falta de compreensão existente no sistema é diariamente mascarada por convicções e culpas que recaem sobre a consciência dos indivíduos que frequentam a instituição escolar.

É esse um dos efeitos mais potentes e também - não sem motivo - mais ocultos da instituição escolar e de suas relações com o espaço das posições sociais às quais, supostamente, deve dar acesso: ela produz um número cada vez maior de indivíduos atingidos por essa espécie de mal-estar crônico instituído pela experiência - mais ou menos completa-mente recalcada - do fracasso escolar, absoluto ou relativo, e obrigados a defen-der, por uma espécie de blefe permanente, diante dos outros e também de si mes-mos, uma imagem de si constantemente maltratada, machucada ou mutilada (Bourdieu, 2012, p.222).

Contudo, enquanto esse mal-estar — ou a má-fé institucional — não for contido e transformado nas instituições escolares, e no sistema educacional como um todo, nada mudará, pois a relação estabelecida pelos parâmetros atuais cria amarras que impedem a construção de uma educação igualitária e pautada em direitos. O capital cultural, ilustrado por Bourdieu, deve ser direito de todos, e sua construção precisa ser estimulada dentro da escola. As organizações familiares de cada aluno deveriam ser consideradas no planejamento escolar. No entanto, o rumo do nosso país caminha para outro lado, levando a educação junto. Dessa forma, análises e estudos precisam ser aplicados nessa área para que um novo projeto educacional comece a ganhar voz e preencha as lacunas que se mantêm há séculos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação brasileira, particularmente suas instituições escolares, apresenta em sua organização diversos estigmas e concepções ultrapassadas que não condizem com a realidade do país no século XXI, e que, idealmente, não deveriam ter se consolidado ao longo da história. Persistem, ainda, nessas instituições, sistemas hierárquicos, opressivos e de classes, os quais geram um elevado grau de preconceito, não apenas entre os alunos, mas em toda a comunidade escolar. Narrativas como as de Anderson e Juninho, anteriormente mencionadas, revelam a profundidade e a gravidade dessas questões quando analisadas em sua integralidade.

A constatação de que uma instituição que, por definição, deveria assegurar direitos acaba por oprimir seus próprios educandos, contribuindo para o fracasso escolar e, conseqüentemente, para o insucesso profissional futuro, impõe uma reflexão crítica acerca das práticas pedagógicas vigentes e da manutenção de modelos educacionais excludentes.

É imperativo que a sociedade civil se mobilize em defesa de seus direitos, sendo o acesso a uma educação de qualidade um direito fundamental. Movimentos recentes, como as ocupações de diversas instituições de ensino superior e escolas públicas ocorridas no final do ano anterior, evidenciam a capacidade da sociedade de incorporar demandas externas ao espaço escolar e, diante da pluralidade social, desafiar e desconstruir os paradigmas educacionais estagnados há décadas.

Assim, o presente texto contribui para a construção de uma perspectiva crítica e diferenciada acerca dos parâmetros educacionais brasileiros, enfatizando a necessidade de reavaliação e transformação estrutural no âmbito da educação nacional.

REFERÊNCIAS

BACELAR, Tânia. As políticas públicas no Brasil: heranças, tendências e desafios. In: SANTOS JÚNIOR, Orlando et al. (Org.) **Políticas Públicas e Gestão Local**: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais. Módulo I – Conceitos e fundamentos sobre o Estado e as políticas públicas. Rio de Janeiro: FASE, 2003.

BOURDIEU, Pierre. Os excluídos do interior. In: **Escritos de Educação**. 13a ed. Petrópolis: Vozes, 2012, p. 217-227.

COIMBRA, Cecilia. As fundações da instituição escolar: análise e reflexões. **Psicol. cienc**, v.9, n.3, 1989. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931989000300006>

FREITAS, Lorena. A instituição do fracasso: a educação da ralé. In: SOUZA, Jessé (Org.). **A ralé brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. p. 281–304.

SPOSITO, Marília . Uma perspectiva não escolar no estudo sociológico da escola. **Revista USP**, São Paulo, v. 57, p. 210-226, 2003.

VELOSO, Fernando. Determinantes do “Milagre” econômico brasileiro (1968-1973): Uma análise empírica. **Rev. Bras. Econ**, v.62, n.2, 2008.